



Nº 02

Fevereiro

2021

## Militares no governo e as forças do Estado

*Humberto Dantas*<sup>1</sup>

“Gostar” ou “não gostar” de um governo são dois sentimentos que a Democracia assegura sem custo em situações normais de funcionamento. Falar a respeito dessas percepções não deve causar, dentro de uma lógica de equilíbrio, constrangimentos aos cidadãos em geral. Assim, a despeito do que pensemos sobre Jair Messias Bolsonaro, uma coisa é fato: ele é autêntico e dificilmente parece capaz de blefar, ou criar estratégias comportamentais que nos sugiram que ele está falando algo e agindo em sentido absolutamente oposto ou contrário a isso. O atual presidente da República, definitivamente, não deve ser um bom jogador de pôquer, não parece saber blefar e quando tenta despistar dá sinais de que esconde algo.

Seus admiradores diriam que isso é uma grande virtude, ou seja, nosso mandatário é transparente. Mas diante de tudo o que defendeu ao longo de sua vida, e de tudo o que ainda fala, a dúvida maior é: isso é um bom sinal?

A despeito do que pensemos sobre ele, quem entende de estratégia e de liderança sabe que os atributos de autenticidade de Bolsonaro não devem colocá-lo, em termos históricos, numa posição de grande líder político. A biografia de Lira Neto sobre Getúlio Vargas, por exemplo, sugere que o ex-presidente era um jogador nato. Silenciava, flertava com o engano, despistava e atacava. Bolsonaro não tem essa habilidade. E de novo: a despeito do quanto o admiramos ou não por isso.

Diante de tal caracterização ninguém poderia esperar do presidente um jogo de cena em relação a quem ele levaria para os mais altos postos do Poder Executivo Federal se fosse eleito em 2018. Nada de ativistas progressistas, jornalistas descolados, professores intelectualizados ou políticos tradicionais em um primeiro momento. Esqueça disso. O que Bolsonaro mais faria seria alocar, em larga escala,

militares no comando do país. Restaria saber, a partir disso, o quanto o desempenho dessas figuras agradaria e qual o tamanho da capacidade relacional de se “contratar quem não é fácil de se demitir”. O que pesa para esses sujeitos levados para dentro do governo: o cargo de Presidente ou a patente de capitão?

Dimensionar o fenômeno aqui exposto é traduzível em números compilados pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) e pela deputada federal Tabata Amaral (PDT/SP). Os resultados mostram a dimensão dos militares em uma série de ministérios. O impacto é medido pelo percentual de membros das forças armadas, ativos ou inativos, em cargos de natureza especial e em funções de DAS (Direção e Assessoramento Superior), FCPE (Funções Comissionadas do Poder Executivo) e CGE (Cargo Comissionado de Gerência Executiva). A linha do tempo detalhada no link mostra alguns resultados que merecem atenção.

[https://preview.flourish.studio/5202872/T2tMbc\\_otm\\_djTbBa5TjnxQZe-GuOssq8WLnmc8pYL764Sti6FBP6nHeyHEnDT6q/](https://preview.flourish.studio/5202872/T2tMbc_otm_djTbBa5TjnxQZe-GuOssq8WLnmc8pYL764Sti6FBP6nHeyHEnDT6q/)

Em janeiro de 2013, portanto no início da segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), militares ativos ou inativos representavam 0,1% dos cargos na pasta da Economia, 0,4% no Turismo, nas Minas e Energia e na Ciência & Comunicação, bem como 0,5% nas Relações Exteriores, 1,2% na Cidadania, 2,6% na Presidência (gabinete) e 4,6% na Infraestrutura. Dois anos depois, em janeiro de 2015, já no início do segundo mandato de Dilma, que culminaria em sua derrocada, a Presidência atingia 2,5% de militares em posições de destaque, assim como a Infraestrutura e a Ciência & Comunicação marcavam 0,6%, e nada mais ficava acima de 0,5%.

<sup>1</sup> Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



Quando Michel Temer completa um ano no poder, em maio de 2017, o gabinete da Presidência marcava 3,4%, a Justiça atingia 2,9%, a Infraestrutura 1,9%, a Ciência & Comunicação 1,4% e a Cidadania 1,2%. Entre 0,5% e 0,8% outras cinco pastas. Mais um ano, e em maio de 2018 o gabinete da Presidência atingiria 5,2%, a Justiça 3,7%, a Cidadania 1,5%, a Ciência & Comunicação 1,3% e a Infraestrutura cairia para 1%, com três outras pastas localizadas entre 0,5% e 0,8%. Nota-se aqui o que poderia significar afirmações ao estilo: governos mais à direita tendem a ofertar mais espaço para militares que mandatários à esquerda, numa comparação entre Dilma Rousseff e Michel Temer. Afirmações desse tipo apenas com base em números não contribuem para a solidez do debate, mas fiquemos com essa afirmação para efeito de hipótese.

Em 2018 Bolsonaro ganha as eleições. E vale repetir: o que se esperava de um capitão da reserva que, a despeito de seu passado de transgressões nas Forças Armadas, representa parcelas desse universo? Nada diferente disso: em maio de 2019 a Presidência ultrapassa 15%, a Ciência & Comunicação atinge quase 10%, as Minas e Energia flertam com 8%, o Meio Ambiente bate 7 pontos, a Educação supera 6%, a Justiça ultrapassa 5% e outras seis pastas extrapolam 1,5%. Pronto. Bolsonaro arregimentou seguidores, admiradores, apoiadores e ídolos. E faça isso para outras categorias profissionais ao longo dos governos anteriores e veremos que cada um representa com o que imagina que possa ter de razoável e melhor às mãos. Simples assim. Simples? Nem tanto. O primeiro desafio aqui diz respeito à superação de traumas que nos perseguem faz décadas. Na América Latina, e mais especificamente no Brasil, quando as forças armadas se aproximam do poder a democracia oferta sinais de fragilidade. A estabilidade e a instabilidade política do país foram em grande medida impactadas ou garantidas pelas forças do exército, principalmente, em diferentes instantes da História, o que é ruim. Golpes e rupturas institucionais foram protagonizados por esses agentes, não faltando exemplos como a Proclamação da República, movimentos em torno de Getúlio Vargas, a posse de alguns presidentes no período 46-64, o golpe militar de 1964 e até mesmo as instabilidades da redemocratização a partir das incertezas trazidas pela morte de Tancredo

Neves. A presença da espada sobre a mesa brasileira é tão marcante que historicamente torna-se muito mais impactante que o Poder Legislativo.

O segundo desafio está associado à contenção dos próprios valores e declarações do atual Presidente e de muitos de seus seguidores. Um de seus filhos sugeriu em 2018 que para fechar o STF bastava um cabo e um soldado. Parte dos movimentos de ultradireita que apoiam o presidente indicam que o país viveria melhor sob uma ditadura. O próprio Bolsonaro defende que é liberdade de expressão as manifestações nesse sentido, e assegura que a democracia só existe porque as forças armadas desejam. Aqui, os traumas deixam de ser fantasmas. Recentemente um deputado foi preso por atacar o Judiciário, um famoso apresentador de TV declarou ser favorável a uma “ditadura saneadora” e um ministro do STF afirmou que existe dinheiro estrangeiro irrigando movimentos extremistas no país.

A partir de tais pontos, o terceiro desafio seria compreender o quanto os militares se entendem institucional e formalmente como subordinados à Constituição Federal, como membros de órgãos de Estado e nunca como peças legitimadoras, garantidoras e subordinadas a desejos extralegais de governos. Jair Bolsonaro, ou qualquer outro presidente, é o chefe supremo das forças armadas e chefe do Estado? A resposta é: sim. Mas o Executivo, no harmônico equilíbrio entre poderes, está sob o olhar do Judiciário, e submetido a procedimentos de responsabilidade do Legislativo.

E aqui entra o quarto desafio: se democraticamente o presidente sofrer um processo de *impeachment*, qual será o posicionamento das forças alocadas no interior do governo, para além de suas funções estatais? Faz sentido que a mais estratégica organização do Estado componha governos, sobretudo quando pertencentes à ativa? E mais: como vão reagir a uma possível derrota no pleito de 2022? O artigo 142 da Constituição Federal diz que Marinha, Exército e Aeronáutica destinam-se “à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Numa nação de traumas, histórias, valores distorcidos e ameaças verbais a pergunta é: quanto podemos confiar na força de nossas instituições formais na defesa da Democracia? Quanto a ocupação de espaços pelos servidores da pátria da ordem, deveria ter sido efetivada? Essas são perguntas que, se não forem respondidas com absoluta certeza, indicam a fragilidade da Democracia.